

Novo Contrato Social

Propostas para esta
geração e para as futuras

Achim Steiner

Rajendra Pachauri

Carlos Lopes

Ignacy Sachs

André Corrêa do Lago

Jorge Abrahão

Com colaborações de

Eduardo Giannetti

Henrique Lian

Aline Marsicano Figueiredo



INSTITUTO
ETHOS

Novo **Contrato** **Social**

Propostas para esta
geração e para as futuras

Novo Contrato **Social**

Propostas para esta
geração e para as futuras

Achim Steiner

Rajendra Pachauri

Carlos Lopes

Ignacy Sachs

André Corrêa do Lago

Jorge Abrahão

Com colaborações de

Eduardo Giannetti

Henrique Lian

Aline Marsicano Figueiredo



INSTITUTO
ETHOS



Diretor de Núcleo: Caco de Paula
Coordenador Editorial: Matthew Shirts
Gerente de Conteúdo do site: Mônica Nunes

COLABORARAM NESTE LIVRO

Edição geral: Chiaki Karen Tada
Edição de texto: Roberto Amado
Fotografia: Caco de Paula, Fábio Nascimento
Revisão de Texto: Kátia Shimabukuro
Design e Diagramação: Marco A. Sismotto



Fundada em 1950
Victor Civita (1907–1990)
Roberto Civita (1936–2013)

Conselho Editorial: Victor Civita Neto (Presidente),
Thomaz Souto Corrêa (Vice-Presidente),
Elda Müller, Fábio Colletti Barbosa,
Jairo Mendes Leal,
José Roberto Guzzo
Presidente Executivo: Fábio Colletti Barbosa
Vice-Presidente de Operações e Gestão: Marcelo Bonini
Diretor de Assinaturas: Fernando Costa
Diretora-Geral de Publicidade: Thais Chede Soares
Diretora de Recursos Humanos: Cibele Castro



Conselho de Administração: Giancarlo Civita (Vice-Presidente),
Victor Civita Neto, Esmaré Weideman,
Hein Brand
Presidente Executivo: Fábio Colletti Barbosa
abril.com.br

copyright © 2013 PLANETA SUSTENTÁVEL
planetasustentavel.com.br

Este livro foi lançado durante a Conferência Ethos
2013 - Negócios Sustentáveis e Responsáveis:
oportunidades para as empresas e o Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N945
E-book

Novo contrato social : propostas para esta geração e para as
futuras / Achim Steiner, Rajendra Pachauri, Carlos Lopes,
Ignacy Sachs, André Corrêa do Lago, Jorge Abrahão; com
colaborações de Eduardo Giannetti, Henrique Lian,
Aline M. Figueiredo. – São Paulo, 2013
112 p. : il. ; 30 cm. (Planeta Sustentável : Instituto Ethos)

Formato PDF.

ISBN 978-85-364-1610-6

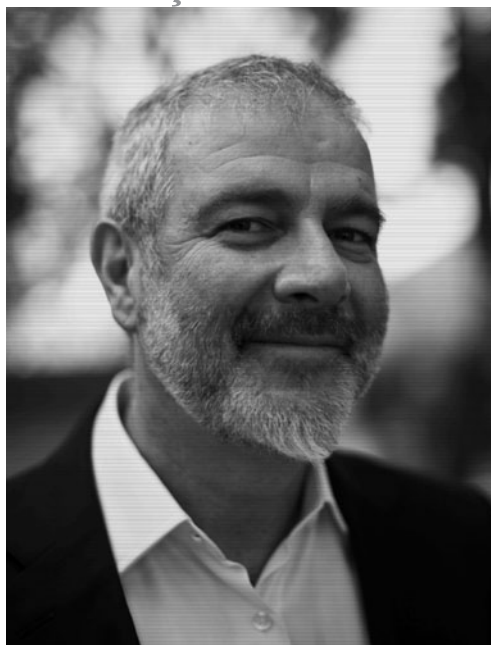
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Política ambiental.
3. Economia ambiental. 4. Contrato social. 5. Livros eletrônicos.
I. Steiner, Achim II. Pachauri, Rajendra III. Lopes, Carlos
IV. Sachs, Ignacy V. Lago, André Corrêa do VI. Abrahão, Jorge
VII. Instituto Ethos

CDD – 363.7

SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	
Aline M. Figueiredo: Rio+20: entre processos e expectativas.....	8
Propostas para um novo contrato	22
Achim Steiner: Um contrato para enfrentar as mudanças climáticas	24
Rajendra Pachauri: Atenção ao gerenciamento de riscos.....	32
Carlos Lopes: A desigualdade escondida.....	42
Ignacy Sachs: Os cinco dedos da mão visível.....	52
André Corrêa do Lago: A erradicação da pobreza	60
Eduardo Giannetti: A crise ambiental e a economia de mercado	68
Henrique Lian: Sustentabilidade como justiça intergeracional	76
Jorge Abrahão: Por um novo contrato social: reflexões um ano depois	84
Imagens da Rio+20	92
Para saber mais	110

APRESENTAÇÃO



Um mapa para chegar a 2020

Use esta edição para clarear sua compreensão sobre a agenda global 2015-2020. Quais serão as grandes questões a desafiar países, organizações e pessoas nesse período? Em qual esquina o clamor das ruas encontrará a avenida dos novos objetivos de prosperidade? Como encarar os enormes problemas sociais, ambientais e econômicos do século sem cair nas armadilhas da mesma lógica que lhes deu origem? O mercado teria uma resposta para o desafio ambiental sem uma radical mudança no sistema de preços? O legado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ainda está sendo construído. Mas já se apresenta no aprofundamento das discussões sobre clima, água, alimentação, energia, direitos humanos, negócios, transparência, diversidade, inclusão e outros aspectos de enorme impacto na vida contemporânea. Será que o contrato social global vigente dará conta de resolver esses desafios? É disso que trata esta edição do PLANETA SUSTENTÁVEL, uma colaboração com o registro e dis-

cussão das ideias apresentadas em evento organizado por Ethos e Unitar – o braço da ONU dedicado a treinamento e pesquisas.

Na manhã de sábado, 23 de junho de 2012, apenas um dia depois do encerramento da conferência, um grupo de privilegiados atores dessa discussão se reuniu no Museu de Arte Moderna, no Rio, para debater O NOVO CONTRATO SOCIAL ainda sob o calor das discussões do encontro global. Lá estavam Achim Steiner, Carlos Lopes, Rajendra Pachauri, Ignacy Sachs, André Corrêa do Lago e Jorge Abrahão. São dois altos dirigentes da ONU, para meio ambiente e educação, um Prêmio Nobel por sua liderança do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima, um dos principais pioneiros no debate sobre ecossocioeconomia, o articulador da diplomacia brasileira para essa área e o líder da maior organização brasileira dedicada à responsabilidade social e empresarial. O encontro teve patrocínio de CPFL Energia, Itaú e Natura, com apoio da Globo. Um ano depois desse evento e às vésperas da divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o PLANETA SUSTENTÁVEL, cuja missão é difundir referências sobre sustentabilidade, tem a honra de colaborar com essa discussão ao lançar esta edição, que registra o dia seguinte da Rio+20 e joga luzes sobre o caminho para as próximas décadas. Ao debate registrado na época, somam-se colaborações posteriores dos mesmos participantes e novas contribuições. Entre elas, a transcrição de uma palestra de Eduardo Giannetti feita em reflexão do pós-Rio+20, na Editora Abril; textos inéditos de Henrique Lian e Aline M. Figueiredo; mais registros fotográficos e sugestões de leituras complementares. Acreditamos que os problemas de hoje não serão resolvidos com as soluções de ontem. É preciso mudar muita coisa e recombina-los papéis. Por isso, torna-se tão urgente e importante discutir um novo contrato social. Boa leitura.

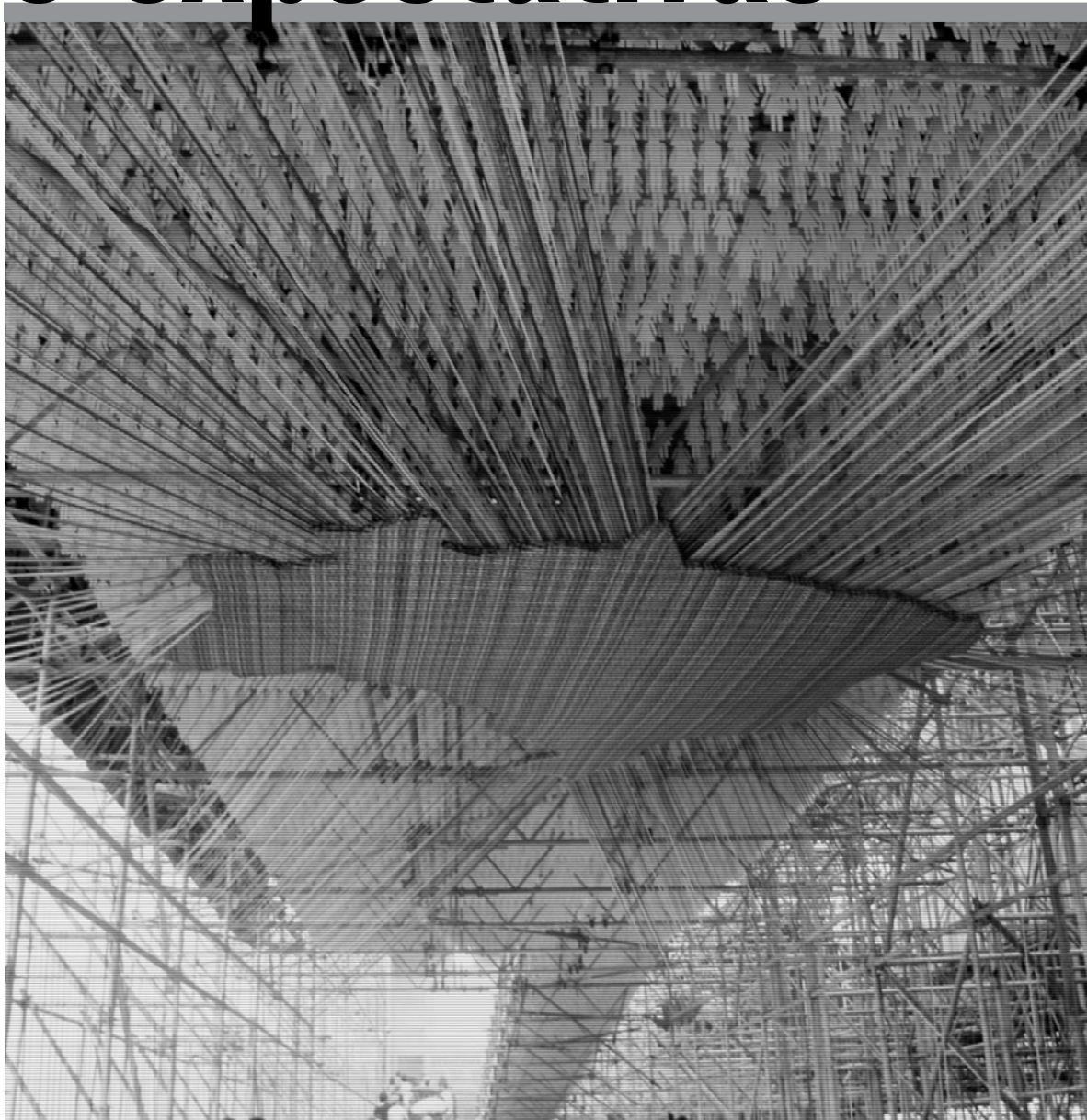
Caco de Paula

Diretor do PLANETA SUSTENTÁVEL

e da revista NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL

RIO + 20

entre processos e expectativas



*Instalação no teto do espaço
Humanidade 2012, no Forte
de Copacabana*

INTRODUÇÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, marcou 40 anos de história da família de conferências que, inicialmente, abordavam o tema “meio ambiente” e, posteriormente, passaram a tratar de Desenvolvimento Sustentável, desde a primeira delas em Estocolmo, 1972. A evolução do tema, paralela a outros grandes acontecimentos dessas décadas de transformação da ordem internacional e de consolidação das instituições multilaterais é realmente impressionante.

O histórico das conferências e a evolução no tratamento dos temas ambiental e social serviram de incentivo para a continuidade do processo de ampliação do debate e do aprofundamento do engajamento das nações na Rio+20, superando, inclusive, o contexto de crise econômica, que costuma embasar argumentos pró-desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Já em sua primeira edição, em 1972, foi cunhada a

expressão “meio ambiente humano”, que compreende as dimensões ambiental e social de forma integrada e indissociável. Apesar de constituir um avanço significativo para a época, o impacto das discussões foi limitado em razão das lentes bipolares que eclipsaram o funcionamento das instituições multilaterais. Ainda que cerceada pelo contexto de Guerra Fria, a relação do homem com o meio ambiente já não podia ser ignorada, como demonstrou o relatório *Limites do Crescimento*, desenvolvido por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT,) por encomenda do Clube de Roma. Assim, esse *zeitgeist* se evidenciou em outras tantas ocasiões, como, por exemplo, na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), cuja função é, até hoje, promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos dentro da lógica do desenvolvimento sustentável, tarefas até então aos cuidados da Organização da Agricultura e Alimentação (FAO). Esse processo de institucionalização foi de extrema importância para o fortalecimento das iniciativas e dos debates sobre meio ambiente e foi um dos produtos mais importantes daquela Conferência.

A crescente ansiedade com relação às questões

ambientais ganhou um caráter mais pragmático e abrangente com o passar do tempo e, nesse contexto, o relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, explorou a relação das sociedades com o meio ambiente e, notadamente, os impactos dessa relação para as gerações futuras. Nesse relatório, criado pela Comissão Brundtland, constatou-se a necessidade de conciliar promoção do desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Para explorar essa questão complexa, foi cunhada a expressão “desenvolvimento sustentável”, que, a partir de então, tornou-se indispensável para se pensar modelos de desenvolvimento. Essa mudança conceitual foi fundamental para o desdobramento das discussões sobre meio ambiente, que ganham maior amplitude e consistência, de forma que os aspectos econômico, social e ambiental se tornaram integrados e indissociáveis.

■ Responsabilidades comuns

Entre avanços, retrocessos, pesquisas e rumores que negam o aquecimento global, somaram-se às formas de entender o desenvolvimento sustentável novas ca-

madras de interesse, o que trouxe ganhos de caráter qualitativo indubitável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, reconheceu que, no que diz respeito aos temas ambientais, as responsabilidades são comuns, embora nem todos possam se adaptar às exigências de cuidados e preservação com a mesma rapidez e com o mesmo afinco, por razões óbvias, tais como diferenças nos estágios de desenvolvimento, na disponibilidade de recursos e nos contextos internos. Os resultados desse encontro foram significativos: foram produzidas uma importante convenção sobre o tema Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e várias recomendações sobre outros temas específicos. Além disso, foram construídos dois conjuntos de princípios orientadores: a Agenda 21, que propõe medidas práticas para garantir efetividade aos acordos; e os 27 princípios da Declaração do Rio, que enfatizam que os países desenvolvidos auxiliem os países em desenvolvimento a obter os recursos financeiros necessários para a preservação ambiental, indicando um caminho razoável para lidar com o de-

envolvimento sustentável em um mundo desigual. Foi elaborado ainda um conjunto de metas, conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujo prazo de cumprimento é 2015.

Internamente, esse foi um momento de mudança de paradigmas na política externa brasileira. O Brasil, ainda em pleno processo de redemocratização, optou por demonstrar seu comprometimento com as instituições multilaterais e sediar o evento. Desde então, o País tem participado intensamente das discussões sobre os possíveis e, quando apropriado, recomendáveis modelos de desenvolvimento, levando em consideração o histórico, as condições naturais e materiais de cada nação.

O seguinte encontro de grande repercussão aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, em 2002, já com o tema “Desenvolvimento Sustentável”. Naturalmente, as discussões tiveram seu escopo ampliado, em função do aprofundamento do tema, dos conceitos e da própria prática dos princípios e acordos aceitos pelos países até então – legado da Eco-92 da evolução das discussões, dada a ampliação progressiva de seu escopo pela noção de desenvolvimento sustentável. A

preocupação principal, naquele momento, era transformar promessas e planos em realidade e, por isso, temas como pobreza, gestão de recursos naturais e direitos humanos foram abordados de maneira pragmática, com metas factíveis. O resultado foi a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e um Plano de Implementação, detalhando prioridades de ação, além de outros inúmeros acordos sobre temas específicos.

Essa evolução no tratamento das questões de desenvolvimento sustentável e, inclusive, do seu próprio conceito serviram de base para a organização do que foi, ao mesmo tempo, o encontro mundial mais esperado e o que gerou mais ansiedade: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que aconteceu em junho de 2012.

■ A participação da sociedade civil

A preocupação com relação à Rio+20 não era descabida, dado que não houve participação de importantes lideranças, notadamente daqueles que compõem o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como o presidente norte-americano, Ba-

rack Obama, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, o premiê chinês, Xi Jinping, e o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron. A ausência dessas grandes figuras denota que esses países não veem o desenvolvimento sustentável como um modelo possível de desenvolvimento, embora a crise de 2008 seja na realidade a evidência mais contundente do fracasso do modelo predominante.

A justificativa utilizada por todos eles, a crise econômica mundial, tomou não apenas sua agenda, mas evidenciou o fato de que as questões ambientais e sociais não são prioridades para esses países e, ainda, que essa perspectiva não está diretamente relacionada à recuperação econômica.

Tais ausências, no entanto, não impediram que a Conferência fosse um marco histórico no que concerne os procedimentos de consulta pela ONU, que fez da participação da sociedade civil e dos “Major Groups” uma prioridade. Instituídos desde a Cúpula de 1992, os Major Groups são os grupos criados pela ONU para representar os mais diversos setores da sociedade envolvidos com a temática do desenvolvimento sustentável. Além da inovação na forma, foi notável o avanço

das discussões sobre desenvolvimento sustentável e, sobretudo, o encontro de um consenso entre os países sobre conceitos, princípios e perspectivas que culminou com o documento final, *O Futuro que Queremos*.

A Conferência tinha como finalidade assegurar a renovação do comprometimento com o desenvolvimento sustentável, rever e atualizar compromissos prévios, levando em consideração os desafios impostos pelas novas circunstâncias. Seus objetivos, dentro desse plano de trabalho, eram “A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza” e a “Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável”. Os produtos dessas discussões deveriam ser formalizados em um compromisso político substancial, que aumentaria a capacidade de implantação dos acordos anteriormente firmados e conferiria maior efetividade a eles.

Fora do âmbito multilateral, foram firmados mais de 700 compromissos voluntários por governos, empresas, grupos da sociedade civil e universidades, com promessas de investimentos em ações concretas para atingir metas de desenvolvimento sustentável na ordem de 513 bilhões de dólares. Mais de 45 mil pessoas

estiveram presentes na Conferência, além de delegações de 188 estados-membros e mais de 100 chefes de Estado e de governo.

Esses dados demonstram o tamanho da ambição e do potencial concretizado desse projeto que foi, naturalmente, alvo de críticas, algumas que merecem um exame mais atento.

Quando se trata de analisar o sucesso dessa última Conferência, é preciso levar em conta não apenas as expectativas das diversas partes interessadas, mas também a própria natureza do processo diplomático. Nesse sentido, o consenso obtido é prova do sucesso da Conferência, já que a aprovação de um extenso documento, *O Futuro que Queremos*, por todos os países representados, não é tarefa fácil. É preciso levar em consideração ainda, o fato de que a sociedade civil e os governos nacionais foram amplamente consultados durante a criação do *Draft Zero*, que continha as bases de trabalho para a declaração final. O Instituto Ethos participou ativamente na construção do *Draft* junto ao setor empresarial e a outras organizações da sociedade civil, seja com a elaboração de um documento com compromissos, propostas e demandas, posteriormente distribuído pelo governo

brasileiro para todos os participantes dos Diálogos de Sustentabilidade, seja com a organização e presença em painéis, plenárias e conferências.

Esse processo participativo e inclusivo foi absolutamente inovador, configurando uma importante mudança de paradigmas para a organização de conferências pelas Nações Unidas.

■ Desdobramentos

Ainda assim, o documento final da Conferência não pôde, e nem poderia, atender a todas as expectativas. As críticas apontam, principalmente, para o caráter não vinculante de suas disposições, crítica essa improcedente, visto que a criação de uma convenção nunca esteve no escopo da Rio+20. Outra crítica relevante é a ausência de planos específicos de financiamento. Quanto a isso, é possível argumentar que essa Conferência terá diversos desdobramentos, e que o documento servirá de ponto de partida para inúmeros processos, que produzirão resultados em longo prazo, ainda que não tenham, de imediato, o nível de especificidade esperado ou o caráter obrigatório.

Apesar de tal crítica, não se pode negar a audácia

do documento, que tem como metas a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões de consumo e de produção e a proteção e gestão de recursos naturais, sendo que delas dependem o futuro da economia, porque o esgotamento desses recursos não é um fato negociável. Finalmente, é preciso considerar que, em um processo de negociação entre tantos países, a preocupação com a inclusão de alguns tópicos é, praticamente, tão importante quanto a exclusão de outros tantos assuntos. Mais uma vez, o *O Futuro que Queremos* atende às expectativas de países que, como o Brasil, temiam que a implementação de certos princípios da chamada “economia verde”, especialmente os que repousam sobre tecnologias de ponta, pudesse criar entraves para países em desenvolvimento.

É interessante notar que, apesar de válida e necessária, a análise que se faz hoje sobre essa Conferência tem, ao menos parcialmente, um caráter divinatório, visto que o verdadeiro impacto das discussões, dos compromissos firmados e do próprio documento só poderão ser verificados nos próximos anos, e os processos deflagrados produzirão, dessa forma, seus resultados apenas em longo prazo. Dentre eles, está a

elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que serão o centro da agenda pós-2015. Respeitando o precedente participativo, esse trabalho de revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, em seguida, de construção dos novos objetivos e metas que nortearão a política mundial está sendo realizado de forma inclusiva e consultiva. O Instituto Ethos, de sua parte, tem buscado tomar parte desse processo, de forma a tornar harmoniosa a integração das posições advindas do governo, do setor empresarial e, ainda, as impressões de uma parcela expressiva das organizações da sociedade civil com as quais o instituto trabalha em parceria. Outros processos complementares, tais como os “Amigos do Parágrafo 47”, a União Global pela Sustentabilidade, o Novo Contrato Social e sem número de outras iniciativas deflagradas durante a realização da Rio+20 demonstram a importância e o poder de mobilização e de organização da sociedade civil. Para assegurar a efetividade desses empreendimentos, foi preciso criar novas instituições, das quais se destacam o Painel de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável e um grupo multilateral (Open Working Group), que dá continuidade

à abordagem inclusiva na construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O verdadeiro legado da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável ainda está sendo construído, mas, até o presente momento, temos certeza de que a inovação na forma, a construção de consenso e os processos deflagrados paralelamente em meio à sociedade civil servirão de base para a reformulação do modelo de desenvolvimento econômico que abonará crescimento, diminuição de desigualdades sociais e erradicação da pobreza, de maneira ambientalmente viável. Isso significa gerir responsabilmente os limitados recursos naturais dos quais todos dependemos, prezando sempre a integridade. Com um pouco de otimismo, isso se tornará realidade, a ponto de as gerações futuras se perguntarem por que as principais lideranças de nossos dias não estiveram presentes no evento que estabeleceu as novas bases da economia e por qual motivo estavam mais ocupadas discutindo economia.

Aline Marsicano Figueiredo

Relações Institucionais do Instituto Ethos



服 時



Propostas para um novo contrato

250 anos após a publicação de *Do Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, alguns dos grandes pensadores do desenvolvimento sustentável se reuniram, logo após a Rio+20, para apresentar e discutir propostas para um Novo Contrato Social para o século 21, que responda de forma mais plena aos desafios da atualidade. Os textos a seguir foram gerados durante e a partir desse debate.

Achim Steiner



“A sociedade civil tem urgência em participar das decisões políticas, e o setor corporativo está no centro dessa controvérsia”

Um contrato para enfrentar as mudanças climáticas

Quando falamos de um novo contrato social, a primeira pergunta é se o antigo contrato já está rompido. Se olharmos para o discurso global utilizado pela comunidade das nações, a resposta é “sim”. Acho que o contrato social de Rousseau e todos os contratos sociais realizados desde então estão, sim, rompidos ou em processo de rompimento.

A noção de contrato social multilateral, planetário, associado ao papel das Nações Unidas, foi claramente utilizada depois da Segunda Guerra Mundial, buscando as aspirações da população mundial de encontrar uma maneira melhor de lidar com as diferenças entre os povos. Esse contrato social durou 20, talvez 30 anos. Nos anos 1960 ou 1970, as Nações Unidas assumiram o papel de promover o desenvolvimento social e polí-

tico, convergindo os diferentes discursos das nações e introduzindo não apenas a noção dos direitos humanos, mas também a do direito ao desenvolvimento e muitos outros conceitos fundamentais que formaram talvez não um megacontrato planetário, mas os contratos de cada nação.

Essa era terminou na Eco-92 quando, acredito, chegamos a um novo contrato social, em que se expressava a noção do desenvolvimento sustentável. Mas esse contrato também está expirando – e agora temos a necessidade de um contrato social com novos termos, capazes de envolver o desafio das mudanças climáticas.

O mundo está se transformando rapidamente, a economia do sul e dos países emergentes estão cada vez maiores, e a da Europa, em vista dos recentes colapsos, está chegando a um ponto inimaginável, com taxa de desemprego entre jovens perto dos 50%. Para muitos, são realidades inconcebíveis até alguns poucos anos atrás. A sociedade civil tem urgência em participar das decisões políticas e o setor corporativo está no centro dessa controvérsia. Muitos dos líderes corporativos já aceitam o fato de que não basta pagar impostos e tocar seus negócios, porque provavelmente reconhe-

“A sustentabilidade ambiental não se encontra mais em um caminho paralelo, alternativo, mas deslocou-se para o centro das atenções”

cem que os fundamentos sociais desse contrato já não vigoram mais. É um desafio à arrogância de antigamente, quando os líderes simplesmente se reuniam e decidiam o que era bom para as pessoas. A prova disso é a grande quantidade de organizações civis que se reuniram em eventos paralelos à Rio+20. Alguma coisa está errada na maneira com que enxergamos a natureza desse contrato social. Por outro lado, que contrato é esse que estamos fazendo agora? O que se debate é um desenvolvimento sustentável que diz ser necessário mais meio ambiente e menos desenvolvimento, mais mulheres e menos homens, mais empresas estatais e menos mercados, mais socialismos e menos capitalismo. Essas são as polaridades de nossas conversas, mas elas não oferecem uma conexão entre os diferentes interesses que permita o surgimento de um novo contrato social. Mas já progredimos nesse sentido, já há um discurso em que a sustentabilidade ambiental

não se encontra mais em um caminho paralelo, alternativo, mas deslocou-se para o centro das atenções nas discussões sobre desenvolvimento dominadas por paradigmas econômicos.

Um dos pontos mais importantes dessa discussão, sobre os quais devemos nos concentrar nos próximos anos, é o da justiça, um aspecto que faz parte da sociedade desse novo contrato social. Estamos discutindo a relação entre o desenvolvimento sustentável e o processo judicial. Um dos fundamentos da democracia é que ela contempla os interesses da maioria e, quando se trata de um contrato intergeracional, o presente se confronta com o futuro e sempre será a maioria. Esse raciocínio democrático já não tem a mesma eficiência. Nós temos de pensar num sistema que proteja os direitos daqueles que ainda não nasceram, o que é particularmente importante no que se refere ao desenvolvimento sustentável e ao ambiente.

Por outro lado, os movimentos globais de cidadania lidam com realidades muito particulares e imediatas, como os direitos dos povos indígenas e os direitos sobre a terra, por exemplo. São preocupações imediatas,

vivas, que levam muitas pessoas a se desconectar do sistema político, a perder a confiança nele. E acredito que a sociedade civil conseguiu desenvolver a habilidade de apresentar muitas alternativas. Elinor Ostrom, economista que ganhou o Prêmio Nobel, diz que, para resolver problemas, é possível desenvolver diferentes modelos de soluções, mas o mais importante é escolher um deles e fazer acontecer. Não é o que estamos fazendo no momento. Estamos discutindo alternativas e dando a impressão de não estarmos fazendo nada.


Vamos pegar um exemplo prático. Hoje, no mundo, vende-se 1 bilhão de celulares por ano. Precisamos reciclar essa quantidade enorme de material, mas a tecnologia de reciclagem desses aparelhos é muito sofisticada. Em vez de falar sobre o problema, nós deveríamos garantir que todos os países africanos, por exemplo, tenham tecnologia para reciclar os celulares e recuperar os metais contidos neles, e não simplesmente deixar que esse material seja despejado no lixo. Em outras palavras, temos respostas para o problema da reciclagem, desde garrafas plásticas e celulares até energia renovável. Esse é um novo mundo no qual temos de começar a aprender as lições fornecidas por

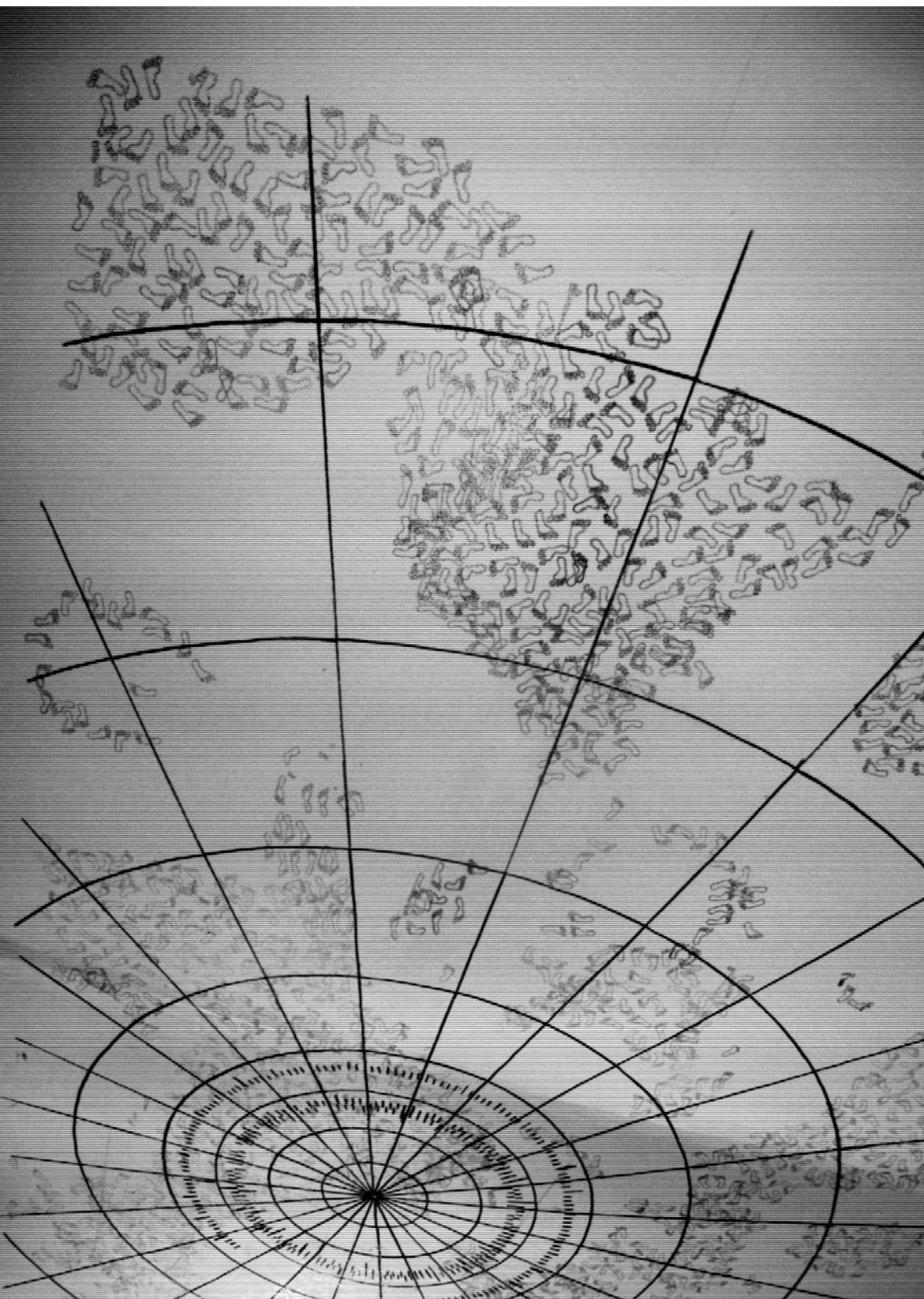
cada país, as soluções que podem ser empregadas e, ao mesmo tempo, não perder de vista as questões fundamentais. Nesse sentido, o movimento global é vital. Sem essa voz, eu posso garantir que nada vai mudar.



Achim Steiner

é diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)





*Detalhe da cenografia
do Humanidade 2012,
no Forte de Copacabana*

Rajendra Pachauri



“O problema das mudanças climáticas está relacionado com o gerenciamento dos *global commons*, recursos naturais da Terra que são comuns, que não possuem proprietários”

Atenção ao gerenciamento de riscos

Há dois aspectos fundamentais a respeito do aquecimento global. O primeiro é que se trata de uma questão cujas áreas envolvidas – governo, negócios, sociedade civil e comunidade científica – não têm sido de fato ativas em assumir suas responsabilidades. O segundo é a ausência de uma medição apropriada dos efeitos e causas do fenômeno.

Os números do PIB, por exemplo, não levam em conta os custos ambientais da produção ou os danos ambientais que causamos para produzir. É um índice que estamos usando há 35 anos. Precisamos ter uma nova métrica, uma nova medida.

O Butão é um reino que tem enfatizado a felicidade como um objetivo da economia do país. Não é nada fácil definir o que é felicidade e estabelecer as métri-

cas que a envolvam. Mas pelo menos o conceito pode criar uma consciência da direção que todos nós devemos seguir. Gandhi disse que o mundo é suficiente para atender às necessidades de todos, mas não a cobiça de todos. Também disse que velocidade é irrelevante se você está indo na direção errada. Assim, se o país cresce 10%, 8%, 6%, pode ser um crescimento expressivo, mas na direção errada. Precisamos de novas medidas e métricas para definir o crescimento do bem-estar da humanidade. O PIB não reflete vários tipos de aspectos negativos, principalmente os relacionados aos recursos naturais e ao ambiente.

Há muito que fazer para mitigar os problemas ambientais que hoje estão ligados à nossa produção. Em relação à energia, por exemplo, que é fundamental: podemos obter aumento de eficiência de 40% a 45% sem nenhum custo. Precisamos começar a trazer esse tipo de conhecimento para a nova era, para as novas construções. É esse conhecimento que nos conduzirá ao desenvolvimento sustentável.

O problema das mudanças climáticas está relacionado com o gerenciamento do *global commons*, conceito descrito em 1968 por Garrett Hardin, na obra *Tragedy*

“Não é fácil definir o que é felicidade e estabelecer métricas que a envolvam. Mas o conceito pode criar uma consciência da direção que todos devemos seguir”

of the Commons, que se refere aos recursos naturais da Terra que são comuns, ou seja, que não possuem proprietários, como o ar, os oceanos e o espaço fora da atmosfera. Comuns porque todos vão herdá-los, não há proprietários. E todos nós usamos esses recursos comuns mais do que devíamos e já há muito tempo, a ponto de termos de trabalhar muito mais rápido e utilizar muito mais recursos para resolver o problema do que 25 anos atrás.

Assim, a mudança climática é o resultado do uso da atmosfera como depositária de gases do efeito estufa – uma atitude sem responsabilidade para os impactos sobre o ecossistema da Terra. Precisamos de consciência e entendimentos da realidade científica do que são as mudanças climáticas, de maneira que os indivíduos e os governos possam promover a redução da emissão dos gases do efeito estufa em um esforço para prote-

ger a mais importante parte dos recursos globais “comuns”, ou seja, a atmosfera terrestre.

Mas esse é só o início de um processo. Há uma inércia no sistema cujo resultado é a continuação das mudanças climáticas por muitas décadas, mesmo que sejamos capazes de estabilizar a emissão dos gases do efeito estufa nos níveis atuais. É preciso lembrar que a mudança climática acontece em função da concentração dos gases do efeito estufa na atmosfera e não da emissão que ocorre hoje. Por isso, vai demorar algum tempo para que a redução da emissão afete a concentração desses gases e promova a estabilidade do clima na Terra.

A sociedade está correndo risco. A mudança climática vai tornar, por exemplo, quase impossível aos pobres superar a condição em que estão. De modo que

“Já construímos 164 cenários sobre como a energia renovável poderá participar do fornecimento energético em 2050. É de 11% a 77% do total. Tudo depende da política energética que iremos adotar agora”

precisamos dar atenção ao gerenciamento de risco na política de desenvolvimento. E a esse respeito o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) publicou dois relatórios especiais que têm relevância especial. Um deles trata de desastres e eventos extremos, e o outro aborda as causas do novo clima e da mitigação das mudanças climáticas. Ou seja, estamos falando sobre os impactos das mudanças climáticas, sobre uma ameaça maior para a sociedade humana e todas as espécies vivas, e também sobre as tecnologias, que devem ser implantadas com urgência como parte das soluções para essa ameaça.

A pergunta que devemos fazer é: serão suficientes as pequenas mudanças ou precisaremos promover uma transformação profunda?

É muito possível que, sem uma transformação profunda, os eventos climáticos dificultem nossa adaptação aos conceitos de sustentabilidade. Vamos enfrentar riscos e desastres. Temos de limitar os riscos, não há escolha, precisamos nos adaptar aos impactos que serão inevitáveis. E as sociedades terão de construir essa noção de resistência, extremamente importante, em nossas políticas de desenvolvimento.

“Temos de limitar os riscos, não há escolha; precisamos nos adaptar aos impactos das mudanças climáticas, que serão inevitáveis”

Esse processo de aprendizado é crucial. Temos de usar todo nosso conhecimento porque, do contrário, adotaremos ações ineficientes ou muito caras. Precisamos adotar uma política interativa que envolva adaptação, mitigação e desenvolvimento sustentável. Os três aspectos estão interligados, não se pode executar um deles sem executar os demais.

E é nesse contexto que entra a tecnologia, hoje com custos muito menores. Um exemplo é o programa Lighting a Billion Lives, que estamos executando na Índia e alguns países da África. Desenvolvemos uma lanterna solar a baixo custo, muito leve, e estamos treinando as mulheres das vilas a carregar essas lanternas durante o dia, usando um painel solar instalado no telhado da casa. Durante a noite, elas distribuem as lanternas para todos da vila e as recolhem de volta pela manhã. Assim, estamos usando tecnologia para dar luz àqueles que não têm acesso à eletricidade. E se usarmos a tecnologia

de uma maneira socialmente aceitável, estaremos aplicando nosso conhecimento que, de outra forma, nunca seria acessível a pessoas desprovidas.

Já construímos 164 cenários em que estudamos como a energia renovável poderá participar do fornecimento energético em 2050. E é surpreendente a amplitude que encontramos em relação à participação desse tipo



*Guarda-chuvas do projeto
“Merry Smile Action”,
no Riocentro*

de energia no fornecimento energético – de 11% a 77% do total. Por que existe essa diferença? Porque tudo depende da política energética que iremos adotar, não em 2040, mas agora. De modo que precisamos definir hoje as melhores políticas que atenderão nossos desejos em 2050. Precisamos entender o futuro que desejamos e começar a trabalhar hoje para atendê-lo. É esse o nosso Novo Contrato Social – o contrato de cada um de nós nessa nova sociedade tendo em vista o futuro que queremos oferecer aos nossos filhos.

Rajendra Pachauri

é presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC),
prêmio Nobel da Paz em 2007

**PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
ABAIXO DA LINHA DE
EXTREMA POBREZA,
COM RENDA DE ATÉ
US\$ 1,25/DIA**

**A POBREZA NO MUNDO CONCENTRA-SE NA ÁFRICA
E NA ÁSIA, REGIÕES QUE ESTÃO PASSANDO POR
UM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.**



*Informações sobre a pobreza
no mundo, no
Humanidade 2012*

Carlos Lopes



“Podemos fazer grandes alterações comportamentais e, a partir disso, vamos de fato dar resposta à questão da desigualdade”

A desigualdade escondida

Os búfalos, na savana africana, têm um comportamento de grupo muito interessante. Normalmente há um chefe, discretamente presente, que influencia toda a manada. Se estivermos de frente para uma manada de 30 búfalos, todos eles nos olham com gestos sincronizados, como se fossem uma parada militar. Quando um olha para a esquerda, todos olham para a esquerda; quando um olha para a direita, todos olham para a direita. Se há algo que os faça avançar dois ou três passos, todos avançam ao mesmo tempo. Se estão quietos, todos estão quietos. É impressionante: mete muito medo, porque mostra que há ali uma disciplina e uma força que não podem ser detidas. É preciso muito cuidado ao enfrentar uma manada. O búfalo é um dos animais mais perigosos da

savana. Ataca em grupo e é muito desconfiado. Se uma pessoa está com uma camisa vermelha – uma cor que chama a atenção deles – e se o líder assim os orientar, os búfalos avançam com toda força, com toda pujança, para o objetivo. Todos ao mesmo tempo. Só que o indivíduo pode escapar se conseguir despir a camisa e atirá-la o mais longe possível. Os búfalos seguirão a camisa e não o indivíduo. Eles são muito disciplinados, extremamente corajosos e determinados, mas são burros. Com um pouco de inteligência é possível fazer que focalizem o objetivo errado.

Não podemos fazer como os búfalos. Temos de ser inteligentes e focar o objetivo certo. Não vamos olhar para a camisa, para o detalhe, vamos olhar para o conteúdo e começar a pensar o Novo Contrato Social para o século 21. Rousseau, o inventor de todas as teorias do Renascimento sobre a solidariedade familiar, hoje nos levou até a solidariedade intergeracional. O novo contrato social é esse desafio: elaborar uma proposta estruturada, por meio de várias iniciativas, que permita que continuemos a pensar que a mudança de paradigma é um novo contrato social. Podemos fazer grandes alterações comportamentais, mudar a cabeça,

mudar a cultura e, a partir disso, vamos de fato dar resposta à questão da desigualdade, a dos necessitados, que preocupava também a Rousseau.

Contrariamente à percepção comum, a pobreza vem diminuindo no mundo de forma acelerada. O grande motor da transformação absoluta são os resultados do desenvolvimento na China e na Índia. Mesmo na África a pobreza decresce, apesar da enorme pressão demográfica. Sabemos dos resultados também apreciáveis do Brasil e do conjunto da América Latina. Essa realidade permitiu uma mudança significativa nos índices de desigualdade nas regiões do Sul, com raras exceções. A forma de medir isso é o chamado coeficiente de Gini, que tem demonstrado essa nova realidade. Fica de fora do coeficiente a medição entre países, e essa é uma nova forma de desi-

“Durante muito tempo cuidamos da economia como se fosse apenas produção de riqueza. Agora, precisamos transformá-la, mudar a forma como lidamos com ela. E chegamos à economia verde”

gualdade que tem se acentuado. Outra realidade não captada é a fortuna escondida nos paraísos fiscais ou a participação cruzada e anônima no circuito financeiro de grandes corporações. Estamos falando de uma realidade escandalosa, como ficou exposto pelo comportamento dos bancos que quebraram na crise de 2008-2009. Temos de pensar o mundo de forma diferente e devolver à transparência e à democracia o controle de transações e processos que escapam de uma regulação efetiva, em nome da liberdade dos mercados. Essa desigualdade crescente fica escondida por processos e pela forma como medimos a desigualdade global.

Neste momento nós todos provavelmente levamos no bolso um telefone celular. Esse aparelho tem metais que só estão disponíveis no Congo. Portanto, todos nós estamos transportando conosco a crise nos Grandes Lagos da África, porque os problemas que existem lá são provocados pela procura por esses metais. Seria fácil dizer que vamos todos prescindir do telefone celular e assim está resolvida, de certa forma, a pressão sobre essa procura, e talvez os problemas fossem resolvidos. Mas nós sabemos que isso não é a solução. É apenas um diagnóstico.

“As formas de medir crescimento, produtividade, uso de recursos, entre outros, terão de mudar radicalmente”

Durante muito tempo cuidamos da economia como se fosse apenas produção de riqueza. Depois começamos a nos preocupar com a desigualdade e depois com a sustentabilidade. Agora, precisamos transformar a economia, a forma como lidamos com a ela. E chegamos à economia verde, à mudança de paradigma, que vai nos levar à consciência de tudo que fazemos, cuja dimensão de sustentabilidade inclui desde a forma como produzimos energia até como é o nosso consumo.

A economia verde é um conceito em construção. Nenhum país ou mesmo cidade ou região pode dizer que já tem uma economia verde. Ainda estamos em fase de aspiração e não de concretização. Algumas propostas de políticas públicas ambiciosas mostram o caminho. O fato de a Rio+20 ter discutido a economia verde e o conceito ter sido incluído na declaração final é significativo. Permite o aprofundamento do tema. Vários países e regiões têm de desenvolver

um conteúdo próprio que vá para além do debate da sustentabilidade. Até as formas de medir crescimento, produtividade, uso de recursos, entre outras, terão de mudar radicalmente.

Os conteúdos ainda estão em desenvolvimento. Mas já sabemos o que não é verde na economia: consumo irresponsável, poluição, desigualdade crescente, por exemplo. A mentalidade consumista tem de mudar de uma forma politicamente aceitável. O crescimento da classe média traz aumento da pressão para o consumo. Temos de acomodar isso introduzindo novos padrões e suprimindo o que é efetivamente exagerado e irresponsável. E, em países habituados a um consumo energético sem limites, fazer uma redefinição de valores. Os suecos não vivem pior do que os americanos da classe média e têm padrões de consumo completamente diferentes. Teremos de construir um índice que permita medir

“Teremos de construir um índice que permita mediar a qualidade de vida em função dos padrões de consumo para saber quem ultrapassa os limites”

a qualidade de vida em função dos padrões de consumo para saber quem ultrapassa os limites.

Nós não podemos pegar um pedaço e dizer que vamos só lidar com esse pedaço. É preciso transformar completamente o sistema. Essa mudança está acontecendo, mas não na rapidez e na forma desejada. Temos de fazer muito mais pressão e é sobre isso que estamos falando: a necessidade de um novo contrato social é também a da mudança de paradigma. As gerações estão vindo, a população mundial está ficando jovem muito depressa. Embora haja envelhecimento em certas partes do planeta, há uma pujança demográfica extraordinária: a média de idade na África é de 19 anos. Então temos consciência de que houve uma redução no espaço de tempo, o que nos obriga a ser mais rápidos: essas transformações têm de vir mais depressa. Vem daí a tensão que sentimos, a reivindicação, a necessidade que essa transformação não fique aquém da velocidade daquilo que está alterando o planeta para pior. A maior parte desses procedimentos foram concebidos no tempo do telex, ou antes do telex, e nós agora estamos todos usando telefones inteligentes. No ano de 2015 haverá 50 bilhões de equipamentos liga-

dos à internet. É uma realidade que vai exigir novas tecnologias para novas metodologias. Esse desafio vai nos levar ao Novo Contrato Social, mais participativo, no qual as lições aprendidas têm uma velocidade muito grande e a circulação da informação é instantânea. O tempo em que tínhamos de negociar por meio de cartas e telex acabou. Mas os procedimentos continuam os mesmos, e isso vai ter de ser alterado. Esse é um ponto de tensão metodológico que nós temos de levar em consideração.

Carlos Lopes

é secretário executivo da Comissão Econômica da ONU para a África e foi diretor executivo do Instituto para Treinamento e Pesquisa da ONU (Unitar) à época da Rio+20



*Instalação no
Humanidade 2012,
no Forte de Copacabana*

Ignacy Sachs



“Precisamos de um novo contrato social, mas também de planejamento. Temos condições de implantar sistemas democráticos, baseados no diálogo entre os principais atores do desenvolvimento”

Os cinco dedos da mão visível

Não acredito muito na mão invisível, citada por Adam Smith (“mão invisível” foi um termo introduzido por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* para descrever como numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comum, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma “mão invisível” que os orientasse), a não ser o fato de que ela fez que estivéssemos comemorando uma data redonda de aniversário de Rousseau, 300 anos, e da publicação do seu seminal *Do Contrato Social*, 250 anos.

Mas a mão invisível termina por aí. O nosso problema é o que fazemos com os cinco dedos da mão visível. O primeiro dedo é a necessidade de construir o nosso futuro baseado num contrato social explícito. Contra-

tos sociais em cada país-membro das Nações Unidas, com a ambição de construir também um contrato social planetário, o que implica na superação das diferenças sociais que prevalecem na maioria dos países e que separam alguns países mais avançados e os que estão em baixo da pirâmide social. Nosso desafio é superar essas diferenças abissais. Para isso, precisamos, sim, de um contrato social, mas também de planejamento, o que deixou de ser um hábito. Num passado relativamente recente, todos planejavam ou, pelo menos, fingiam planejar. Como se os mercados, que pretensamente sabem se autorregular, fossem capazes de definir estratégias de longo prazo para assegurar uma vida digna e materialmente próspera aos hoje mais de 7 bilhões de seres humanos que, em meados do século, serão 9 bilhões embarcados na nave espacial Terra.

Esse descrédito a respeito do planejamento não deixa de ser paradoxal frente aos instrumentos baseados na informática de que dispomos hoje, incomparavelmente mais poderosos que os ábacos na mão dos primeiros planejadores soviéticos do século passado. Além disso, hoje temos condições de implantar sistemas de planejamento democráticos, baseados no diálogo entre todos

“É necessária uma revolução que busque o aumento da produtividade vegetal e animal sem criar problemas ecológicos ou sociais e beneficiando os pequenos produtores”

os principais atores do desenvolvimento, contrastando com os métodos autoritários de triste memória.

Os mercados têm a vista curta e a pele grossa. Preocupam-se com o imediato e não contabilizam os custos sociais. Precisamos pautar as nossas ações com uma visão de longo prazo para evitar catástrofes naturais que poderiam resultar do excesso de emissões de carbono. E sem esquecer que nosso objetivo principal é evitar as catástrofes sociais e assegurar uma vida decente aos que estão abaixo, na pirâmide social. Há um certo paradoxo entre contrato social e planejamento. A sociedade já planejava quando o único instrumento dos planejadores era o ábaco. Estamos hesitando em planejar quando temos na nossa mão os computadores. É óbvio que planejamento não diz respeito apenas aos instrumentos do planejador, mas a um processo político. Precisamos com urgência voltar a planejar por meio de um diálogo entre quatro partes: os Estados, os

empresários, os trabalhadores e a sociedade civil organizada. Portanto, o segundo dedo da mão visível é o planejamento participativo, utilizando os meios técnicos oferecidos pela ciência e tecnologia modernas.

Para que esse planejamento tenha condições de propor soluções, deve ser construído à base de duas colunas: segurança alimentar e segurança energética. Sem a segurança alimentar nada funciona, é preciso equacionar a demanda potencial com a produção e a distribuição, o que nos remete à revolução verde, cujo objetivo é aumentar a produção de alimentos, de acordo com as condições econômicas, sociais e ecológicas. Uma continuação da revolução verde iniciada nos meados do século 20 e adaptada às condições atuais. Prefiro a terminologia do agrônomo indiano M.S. Swaminathan, “revolução sempre verde” (“*evergreen revolution*”), para se distanciar um pouco de uma visão do século 20, baseada nas tecnologias de ponta

“Penso, sim, em impostos sobre as emissões de carbono, sobre a utilização de recursos que constituem o patrimônio comum da humanidade”

e pouco interessada em saber se iriam contemplar a base, os camponeses. É uma revolução que busca o aumento da produtividade vegetal e animal sem criar problemas ecológicos ou sociais e beneficiando os pequenos produtores. Por isso não se pode discutir a Revolução Verde sem colocar ao mesmo tempo na pauta a questão das reformas agrárias. Temos ainda muito chão pela frente para melhorar o nosso desempenho na área de segurança alimentar.

Quanto à segurança energética, precisamos de uma estratégia para eliminar gradualmente nossa dependência das energias fósseis. Em primeiro lugar, porque, sobretudo o petróleo, se esgotará, e em segundo lugar porque temos de evitar emissões excessivas de gás carbônico. Devemos obviamente redimensionar o consumo, eliminando por um lado, sempre que possível, o desperdício e aumentando por outro a eficiência graças a uma melhor organização do processo produtivo e da distribuição, reduzindo dessa maneira a demanda potencial.

A questão da escolha das energias e dos modos de sua produção constitui outra dimensão do planejamento energético. Trata-se de duas questões distintas. Ambas devem ser abordadas pelo planejador.

Assim, contrato social, planejamento, segurança alimentar, segurança energética são os quatro dedos da mão visível. O quinto é a cooperação internacional, que diz respeito ao papel das Nações Unidas: temos de repensar até onde podemos aumentar o fundo de desenvolvimento internacional, socialmente e ambientalmente sustentável. Penso, sim, em impostos sobre as emissões de carbono, sobre a utilização de recursos que constituem o patrimônio comum da humanidade. O



Milhares de pessoas participaram do concurso de fotos no Instagram que deu origem a uma exposição no Planeta no Parque, no Arpoador

outro aspecto dessa cooperação é a relacionada à tecnologia, principalmente entre países que compartilham o mesmo bioma. As Nações Unidas, em que pesem as suas insuficiências, está razoavelmente preparada para assumir um papel pró-ativo nessa empreitada, estimulando, por intermédio das suas comissões regionais, a volta ao planejamento nacional dos países-membros, baseado num contrato social explícito.

O futuro nos dirá rapidamente se os países mais desenvolvidos terão a clarividência e a generosidade necessárias para contribuir efetivamente para a redução das disparidades de renda e de consumo material que marcam, hoje, a relação altamente assimétrica entre a minoria abastada dos países mais desenvolvidos e o resto da humanidade.

Ignacy Sachs

é professor titular da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris e pioneiro no debate sobre ecossocioeconomia

André Corrêa do Lago



“Se a nossa agenda é a erradicação da pobreza até 2050, 9 bilhões de pessoas devem ter qualidade de vida. Por isso, a mudança dos padrões de produção e consumo é fundamental”

A erradicação da pobreza

As Nações Unidas foram criadas basicamente para promover a paz, ou pelo menos, para estabelecer algumas regras para assegurar que o mundo não passe mais por desastres como foi a Segunda Guerra. Ao longo dos anos, a ONU foi assumindo um papel fundamental em questões como direitos humanos, desenvolvimento, o debate das liberdades, dos refugiados, a questão das crianças e da diversidade cultural, e finalmente chegou à questão do meio ambiente e das mudanças climáticas – hoje a maior negociação mundial, a base das grandes negociações sobre todos os temas, pelo impacto que representa.

A Rio+20 é uma oportunidade de discussão desses temas, já que acontece a cada 10 ou 20 anos, no sentido de provocar um impacto na opinião pública mundial e na percepção dos governos sobre as prioridades do momento. Mas é importante reconhecer que a priori-

dade número 1 do mundo é a erradicação da pobreza. Essa é a mensagem clara dada conjuntamente por todos os países do mundo. A segunda mensagem, que assusta certos setores de certos países, é a questão da mudança dos padrões de produção e consumo, uma questão-chave, tendo em vista que já somos uma população mundial de 7 bilhões e vamos chegar a 9 bilhões em 2050. A questão não é apenas o planeta, mas também as pessoas que vão habitá-lo até 2050, quando a população começa a diminuir. Essa é a grande referência. Se a nossa agenda é a erradicação da pobreza, isso quer dizer que queremos que, até 2050, 9 bilhões de pessoas tenham qualidade de vida. Por isso a questão da mudança dos padrões de produção e consumo é fundamental. A referência passou a ser um mundo em desenvolvimento. Nesse sentido, os países que estão olhando mais para o futuro são os em desenvolvimento. Há uma tendência natural dos países desenvolvidos de tentar preservar aquilo que já têm, ou seja, não diminuir os seus padrões. Por outro lado, há uma clara vontade dos países em desenvolvimento de promover o desenvolvimento sustentável, capaz de tirar as pessoas da pobreza e de dar

a elas um padrão de vida que seja compatível com o padrão que conhecemos de condições sociais, ambientais e econômicas. É um grande desafio, porque certos setores econômicos vão sofrer impacto. Mas abrem-se portas nunca vistas antes. Algumas tecnologias, que não eram desenvolvidas, vão passar a ser essenciais para atender a esses novos consumidores dos países em desenvolvimento que estão entrando no mercado. Para que isso aconteça é fundamental a participação da sociedade civil. Se a sociedade civil não tiver entusiasmo por essa agenda, será muito difícil os governos tomarem as medidas necessárias, já que vão enfrentar grandes interesses. Portanto, esse enorme projeto de mudança depende da sociedade civil e das comunidades. O papel das cidades, por exemplo, é extraordinário. O que uma cidade pode fazer, em matéria de inovação, é muito mais do que

“Se a sociedade civil não tiver entusiasmo por essa agenda, será muito difícil para os governos tomarem as medidas necessárias, já que vão enfrentar grandes interesses”

os governos. Do mesmo modo, cada indivíduo também faz a diferença. Já ultrapassamos a fase de achar que é o governo que deve determinar os caminhos que todos devem seguir. A agenda do desenvolvimento sustentável não pode ser imposta pelo governo, é uma nova fase na qual todos nós temos de participar para dar certo, e eu acredito que a Rio+20 deu um passo muito significativo nessa direção.

Essa é a minha nota de otimismo: essas negociações provocam fatos novos. Quando, em 1992, foi assinada a Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima no Rio de Janeiro, a esmagadora maioria das opiniões era de que esse assunto era muito teórico, para o qual não se deveria dar tanta importância. Mas foi graças à Convenção da ONU que ocorreu um aumento de recursos para a ciência na área das mudanças climá-

“A agenda do desenvolvimento sustentável não pode ser imposta pelo governo. Todos temos de participar para dar certo, e acredito que a Rio+20 deu um passo muito significativo nessa direção”

ticas. Os países foram obrigados a contabilizar suas emissões de gases e hoje a economia mundial tem de se adaptar aos conhecimentos científicos que foram acumulados desde a convenção no Rio. Um exemplo desse processo foi a questão do buraco na camada de ozônio. Essa descoberta, que pela primeira vez contemplou com o Prêmio Nobel uma questão relacionada ao meio ambiente, levou também à criação de uma legislação americana para diminuir o uso dos gases que provocavam a destruição da camada de ozônio. E se transformou numa convenção internacional, inclusive em um mecanismo de financiamento para que os países em desenvolvimento pudessem combater esses gases. Hoje 95% dos gases que provocam o buraco na camada de ozônio foram eliminados no mundo graças a uma Convenção da ONU. A Agenda 21, documento produzido na Eco-92, teve um grande impacto sobre a sociedade civil e bastou uma frase dessa agenda para dar início a um acordo internacional sobre pesca, graças ao qual várias espécies de peixes deixaram de desaparecer. Na Rio+20 também esperamos que uma frase provoque um novo acordo internacional sobre os oceanos e a biodiversidade marinha em áreas interna-

cionais, abordando justamente a questão do que é comum na humanidade, que está fora da jurisdição dos países. Assim, apesar de os resultados não aparecerem no ritmo que gostaríamos, as Nações Unidas ainda são a forma mais democrática de se discutir soluções para os problemas mundiais. É essencial e nós temos de incentivar e fortalecer a ONU.

André Corrêa do Lago

é diplomata e foi negociador-chefe da delegação brasileira na Rio+20



OS HOMENS
EMBORA
DEVAM
MORRER,
NÃO NASCEM
PARA MORRER.
MAS PARA
COMEÇAR.

MEN, THOUGH THEY MUST DIE,
THEY ARE NOT BORN
IN ORDER TO DIE
BUT IN ORDER TO BEGIN.

HANNAH ARENDT

OS HOMENS,
EMBORA
DEVAM
MORRER,
NÃO NASCEM
PARA MORRER
MAS PARA
COMEÇAR.

MEN, THOUGH THEY MUST DIE,
THEY ARE NOT BORN
IN ORDER TO DIE
BUT IN ORDER TO BEGIN.

HANNAH ARENDT

*O pensamento de Hannah Arendt
nas capas dos monitores
do Humanidade 2012*

Eduardo Giannetti



Madalena Leles

“O modo como nós registramos o que está acontecendo na economia é completamente falho em relação aos recursos naturais e ao meio ambiente”

A crise ambiental e a economia de mercado*

A economia de mercado falha quando se trata de intermediar a relação entre a sociedade e o mundo natural. Toda sociedade tem duas questões econômicas fundamentais. A primeira delas é o problema da alocação de recursos: o que vai ser produzido, quanto vai ser produzido, que métodos serão usados na produção e como se dará a distribuição do produto. A segunda é: qual o valor dos bens e serviços produzidos? A economia de mercado é uma resposta espontânea que a humanidade encontrou para dar uma solução a essas duas questões. O mercado, que nasceu da própria vivência econômica, decide a todo momento o que vai ser produzido, quanto vai ser produzido, de que modo e como vai ser distribuído.

*Texto extraído do debate sobre o legado da Rio+20, promovido pelo PLANETA SUSTENTÁVEL, em 13 de agosto de 2012.

Tem uma lógica de funcionamento dotada de surpreendentes propriedades do ponto de vista de eficiência produtiva e alocativa. É um sistema homeostático regido por *feedback* negativo. Toda vez que o sistema torna-se perturbado, busca voltar ao equilíbrio. O exemplo mais simples de homeostase é a água num cilindro. Se você balançar a água e deixar o cilindro, a água vai fazer um movimento oscilatório, mas voltará naturalmente ao seu ponto de repouso. O *feedback* negativo é o mecanismo pelo qual se volta ao equilíbrio, é o tipo de princípio que faz que esse sistema retorne à sua situação original. Por exemplo, se o ambiente ficar muito quente, o nosso corpo transpira, e essa resposta automática do metabolismo reentra no sistema com sinal negativo, resfriando o organismo.

Adam Smith descobriu que o mercado, além de ser uma ordem espontânea, é um sistema homeostático

“Se uma comunidade polui as fontes de água potável e passa a ter de purificá-la, engarrafá-la, distribuí-la, o PIB aumenta. O sinal contábil indica aumento da riqueza, mas na verdade a comunidade empobreceu”

regido por *feedback* negativo. Toda vez que a demanda e a oferta não convergem, entram em ação forças que reequilibram oferta e demanda, produzindo uma solução de equilíbrio de uma maneira extraordinariamente sofisticada, e sem que ninguém tenha bolado isso. Se a demanda é maior que a oferta, o preço dos produtos sobe. Quando isso acontece, os fatores de produção vão ter uma remuneração maior que a média, e esse setor vai dar rentabilidade muito alta. Os recursos produtivos então se voltam para produzir exatamente aquilo. Ao aumentar a oferta, o preço de mercado cai e a rentabilidade volta para a média. Se, ao contrário, a oferta é maior do que a demanda, a sociedade manda um sinal de que não é desejado continuar produzindo aquele bem por aquele preço, e os recursos de produção migram desse setor para outros em que a rentabilidade seja pelo menos normal. Nos dois casos, a resposta do sistema é procurar o equilíbrio. Assim, ocorrem dezenas de milhares de decisões econômicas descentralizadas, baseadas nesse sistema, que determinam a todo momento para onde os recursos produtivos (trabalho, capital e recursos naturais) devem ser direcionados.

Mas o sistema de preços, não obstante todos os seus

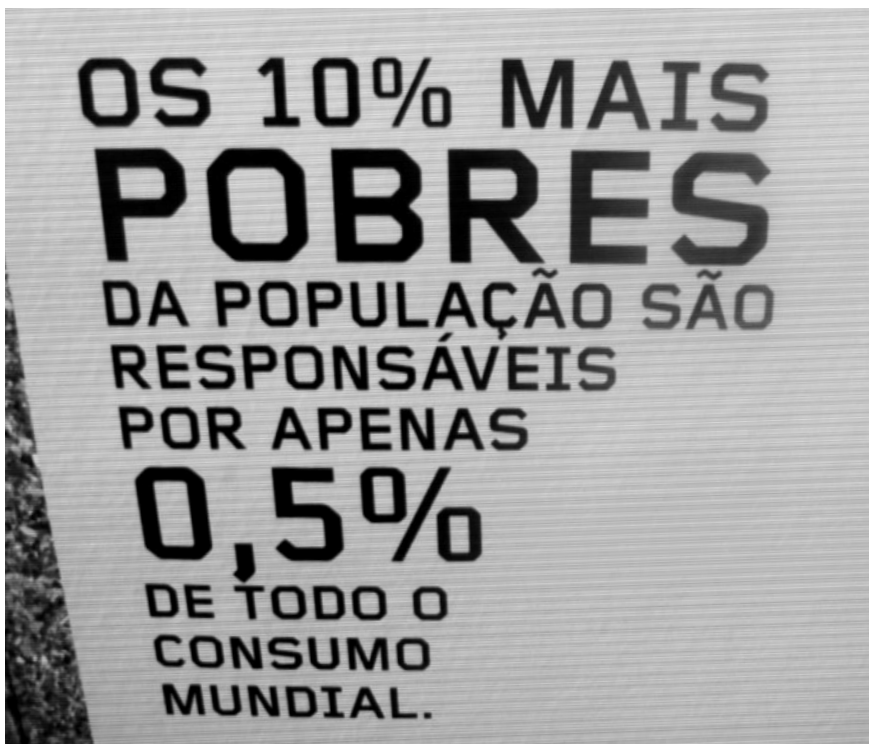
méritos e propriedades surpreendentes, tem uma falha grave: não dá os sinais corretos em relação ao uso de recursos ambientais. E isso levou a humanidade para um caminho perigoso. O modo como nós registramos o que está acontecendo na economia é completamente falho em relação os recursos naturais e ao meio ambiente. Se uma comunidade tem água potável disponível, isso não entra nas contas nacionais. É como o ar que a gente respira. Se essa comunidade polui todas as fontes de água potável e passa a ter de purificá-la, engarrafá-la, distribuí-la, o PIB aumenta. Essa sociedade piorou: agora precisa trabalhar para obter o que antes era gratuito. O sinal contábil indica aumento da riqueza, o PIB cresceu, mas na verdade a comunidade empobreceu. Assim, quando tivermos de andar com uma garrafinha de oxigênio para respirar, como está em vias de acontecer em Pequim, o PIB crescerá de novo! Quando necessitamos tratar, em função da poluição, das nossas vias respiratórias, com cuidados médicos e remédios, o PIB aumenta de novo. Se um país derruba a floresta e vende a madeira no mercado internacional, o aumento do PIB vai ser extraordinário. O país cresceu, mas perdeu o patrimônio, o capital natural foi depredado.

“O mix de produtos vai mudar radicalmente no momento em que o custo genuíno das nossas escolhas como consumidores e produtores estiver embutido no preço”

O preço é o encontro de duas forças. Por um lado, reflete o custo de produção do bem. Por outro, reflete a utilidade que aquele bem tem para quem o compra. O problema é que o sistema de preços não registra o impacto ambiental das escolhas que consumidores e produtores estão fazendo a cada momento. Ele é completamente cego e omissivo em relação a essas questões. A British Airways, por exemplo, deu a opção aos passageiros de, ao comprarem o bilhete, adquirirem também o crédito de carbono correspondente àquele trajeto. Mas a adesão voluntária dos consumidores foi de apenas 3%.

Toda mobilização e conscientização é muito bem-vinda e temos de nos esforçar para que ocorram. Mas seria irrealista e arriscado contar apenas com isso. Se nós não corrigirmos o sistema de preços para que o custo real das nossas escolhas como consumidores e produtores se reflita no preço das mercadorias que desejamos e que

são produzidas, esse problema não vai se encaminhar para uma solução permanente em tempo hábil. Ou seja, o preço relativo dos bens e serviços vai ter de mudar. Algumas coisas vão ficar muito mais caras do que são e outras ficarão relativamente mais baratas. O mix de produtos – o que produzir, quanto produzir, que técnicas utilizar, como distribuir – vai mudar radicalmente no momento em que o custo genuíno do que nós estamos escolhendo como consumidores e produtores estiver embutido e se refletir nesse pacote de informação que é o preço. O sistema de preços precisará ser corrigido.



*Questionamentos sobre
consumo e produção,
na Rio+20*

Quando a população era de 500 milhões de pessoas nos países desenvolvidos, dava para tolerar. Mas a previsão é que, nos próximos 40 anos, de 2 a 3 bilhões de seres humanos ascendam à classe média e vão querer viajar de avião, ter automóvel e ar-condicionado, comer carne e tomar leite. O mundo mudou, e os preços relativos deverão mudar. Junto com outros fatores, tudo isso terá um impacto enorme, inclusive cultural, nos nossos valores e nas nossas expectativas em relação a uma vida bem vivida. As pessoas vão ter de encontrar maneiras de satisfazer os seus anseios, seus caprichos, suas fantasias de felicidade, mas com um impacto menos danoso, uma pegada ecológica muito menor do que esse padrão que se estabeleceu no Ocidente do século 18 para cá. A ideia de crescer e prosperar primeiro, para limpar e cuidar do ambiente depois, é o caminho do desastre.

Eduardo Giannetti

é pós-doutor em Economia
pela Universidade de Cambridge,
cientista social e escritor

Henrique Lian



“Falar em sustentabilidade é talvez reconhecer que se chegou a um ponto crítico, marcado pela cada vez mais provável interferência da geração atual sobre os direitos de gerações futuras”

Sustentabilidade como justiça intergeracional

Justiza e sustentabilidade são termos e temas inseparáveis, pois sustentabilidade pressupõe a possibilidade de continuidade de determinada atividade, estatuto, ambiente ou mesmo espécie, sem a interferência no direito que hipotéticas gerações futuras também têm de sobreviver, exercer atividades e gozar de um meio ambiente em condições ao menos iguais àquelas de que dispuseram as gerações anteriores. Falar em sustentabilidade, hoje, é talvez reconhecer que se chegou a um ponto crítico, ou limite – a partir do qual a própria sobrevivência da espécie se encontra ameaçada –, marcado pela cada vez mais provável interferência da geração atual sobre a expectativa de direitos de eventuais gerações futuras. Em outras palavras, há de se considerar implicitamente dois aspectos

de justiça: um dizendo respeito às condições de vida da geração presente – e há muito por fazer nesse plano, a começar pelos impactos profundos em qualidade de vida decorrentes dos padrões de produção e consumo – e outro se referindo às gerações futuras. Em ambos os casos, aflora a necessidade de revisão do contrato social. Definitivamente, não será possível promover sustentabilidade e justiça social sem o enfrentamento das assimetrias e dos valores que vêm privilegiando de forma distorcida o que é privado e prevenindo a emancipação dos indivíduos.

Não serão suficientes, talvez, nos termos conhecidos, novos contratos sociais a serem estabelecidos no interior das diversas sociedades que formam a atual ordem mundial, o que abre espaço para novas possibilidades. Entre elas, a constituição de um contrato internacional, assumindo-se que as questões relacionadas à humanidade são de natureza global e requerem, portanto, soluções igualmente globais a emergir de um diálogo entre as nações. É preciso, portanto, transcender o limite espacial, configurado pelas territorialidades soberanas. Porém, talvez a principal característica desse novo contrato, firmando um grande e novo pacto social global,

seja transcender o limite temporal, projetando-se além do tempo presente e apresentando-se como um acordo intergeracional, isto é, um contrato a ser firmado entre gerações, que considere direitos e interesses das gerações presentes e de gerações futuras, revisitado a cada década, por exemplo. Teríamos, assim, que nos abrir para o diálogo, de um jeito que nos modificaria definitivamente como indivíduos, grupos sociais e sociedades.

Um contrato intergeracional, no entanto, só pode se dar no plano hipotético. Sendo assim, seriam necessários mecanismos reguladores pelos quais, mesmo vivendo (e contratando) em momentos distintos do tempo, os cidadãos do futuro o ratificariam em todas as suas cláusulas hipotéticas, tal a universalidade e atemporalidade de seus princípios, tal a força equitativa de seus acordos e tal o cuidado com a preservação de toda expectativa de direito futuro.

“A humanidade vive um momento favorável para um novo contrato social, capaz de fazer frente ao atual contexto de complexidade, perplexidade e ameaças a diversas formas de vida”

Ao longo do tempo histórico, desenvolveram-se acordos cada vez mais sofisticados entre os indivíduos, de forma a assegurar a existência de regras e instituições que atendessem ao *ethos* de justiça de determinadas sociedades. Entendemos que a humanidade vive um momento especialmente favorável para um pacto global que dê origem a um novo contrato social, capaz de fazer frente ao atual contexto de complexidade, perplexidade e ameaças a diversas formas de vida. Precisamos, mesmo, considerar se não estamos já tratando da sobrevivência das espécies, seres humanos incluídos, vivos ou ainda por nascer. As respostas recentes da ciência nesse sentido, embora sejam relevantes, ainda carregam muita incerteza. Há muito debate por fazer e, enquanto isso não se verifica, crenças e disputas colocam po-

“Na era dos avatares e outras virtualidades não parece ser desmedida abstração a idéia de que o homem do presente dialogue com o homem do futuro”

vos contra povos e justificam a reprodução de modelos tradicionais de desenvolvimento, fortemente caracterizados pela perspectiva de curto prazo. Desde a década de 1980, tem emergido, com força crescente, a percepção das diversas sociedades de que a sobrevivência e bem-estar das gerações futuras – em outras palavras, o conjunto de seus direitos à vida, liberdade, apropriação e uso de recursos e busca da felicidade – encontram-se já ameaçados, em função da saturação do modelo de produção, consumo e especulação que acaba por estabelecer os estilos de vida de parte significativa da geração atual, notadamente no Norte, apesar da pressão crescente dos países emergentes por equivalências.

Há, portanto, espaço para um novo pacto social e para a criação de instituições que possam cuidar dos direitos de gerações presentes em uma perspectiva das expectativas de direitos das gerações futuras. Uma corte de justiça internacional e intergeracional poderia estabelecer as condições institucionais necessárias para que o pacto seja firmado, acompanhado e revisto em bases legítimas. Na era dos avatares e outras virtualidades não parece ser desmedida abstração a ideia

de que o homem do presente dialogue com o homem do futuro, negocie e pactue com ele e busque estabelecer as condições de qualidade de vida que respeite os contratos firmados.

Henrique Lian

é gerente executivo de relações institucionais do Instituto Ethos, doutor em Filosofia pela USP, mestre em História pela Unicamp e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC Campinas



Poema de 150 metros, sobre o oceano, escrito por moradores e visitantes em Copacabana

Jorge Abrahão



“Um ano após a Rio+20, a sociedade brasileira mostra-se cada vez mais atenta e ativa com relação à distância entre a sociedade que queremos e as condições existentes para construí-la”

Por um Novo Contrato Social: reflexões um ano depois

Escrita por Rousseau, a obra *Do Contrato Social* conservou-se como referência para os defensores de sociedades livres e igualitárias ao longo da história. Muito mudou desde sua criação, e nada mais adequado do que repensar os princípios basilares do desenvolvimento de sociedades livres durante uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. Assim iniciou-se a discussão sobre o Novo Contrato Social para o século 21, literalmente no dia seguinte ao término da Cúpula, quando, com apoio de parceiros estratégicos, o Unitar e o Instituto Ethos reuniram grandes pensadores do desenvolvimento sustentável e do mundo contemporâneo.

Um ano após a Rio+20, a sociedade brasileira mostra-se cada vez mais atenta e ativa com relação à distância

entre a sociedade que queremos e as condições existentes para construí-la. Diante disso, apesar de ser desafiante, é também muito confortável para o Ethos tratar dessa temática, já que o Instituto tem desenvolvido nos últimos anos uma reflexão e um conjunto de propostas para a transição do modelo brasileiro de desenvolvimento, e essa reflexão passa, evidentemente, pelo questionamento das bases, princípios e valores que orientam as ações políticas, econômicas e sociais.

Paralelamente, é possível observar, em especial à luz das recentes manifestações, uma crescente demanda por urgência e ações capazes de produzir resultados no curto prazo. Apesar da legitimidade dessas demandas, sabemos que a verdadeira transição para um novo modelo de desenvolvimento exige transformações estruturais, como na educação, e, de forma geral, na própria cultura cujos valores e elementos são capazes de produzir resultados perenes.

Com outro ritmo, esse mesmo sentido de urgência já se verificou em outros períodos históricos, como, por exemplo, na transição do mundo feudal para o moderno. A obra de Jean-Jacques Rousseau foi, para aquela época, um dos projetos em disputa para a formulação

de um modelo político e jurídico aplicável à sociedade francesa e, por extensão, à Europa e aos continentes colonizados. Proposta por Rousseau, a dicotomia homem-natureza e homem-sociedade, o bom contra o mau, somou-se a outras formas de pensamento binário, como o cartesianismo, que influenciaram a organização do conhecimento, os modos de produção e as formas de apropriação dos recursos naturais, econômicos e sociais. Esse texto, aliado à obra de Montesquieu, com aportes dos enciclopedistas, foi a proposta vencedora que eventualmente nos trouxe até aqui. Essa proposta despertou consciências, inspirou revoluções, norteou constituições, afirmando a necessidade de transformações dos direitos naturais do homem em direitos civis. Estava inventado o conceito de cidadão!

Embora o progresso técnico desde a criação desse sistema de pensamento seja espantoso, os processos históricos não caminharam como se esperava. Liberdade e

“De nada servirá agir com prontidão, se as metas do que se quer atingir não estiverem claras”

igualdade pendularam incessantemente durante quase três séculos, e a tão sonhada fraternidade não encontrou o seu ponto de equilíbrio nessa oscilação, sendo que um e outro foram sacrificados em momentos variados. Mais de 250 anos depois, estão evidentes os limites e insuficiências desse contrato social para lidar com os desafios contemporâneos.

As crises e conflitos sociais, ambientais, econômicos, políticos e éticos do nosso tempo demonstram o esgotamento do modelo atual e exigem novas institucionalidades e instituições que, por sua vez, só podem ser estabelecidas a partir da escolha dos seus princípios fundadores e orientadores. De nada servirá agir com prontidão, se as metas do que se quer atingir não estiverem claras.

Quais seriam esses princípios? Certamente, haverá algumas propostas em disputa. Porém, uma coisa é certa: um novo contrato não virá de uma só mente brilhante ou

“A construção desse um novo contrato percorrerá caminhos mais participativos e, portanto, intrincados, construindo consensos entre atores dispersos e assimétricos”

de um grupo privilegiado de pensadores ou, muito menos, de um único país ou continente. Serão necessárias muitas trocas, formulações e contribuições dos mais diferentes locais e segmentos da sociedade global. Por essa razão, canais de diálogo em que sociedade civil, academia, governos e empresariado possam apresentar suas perspectivas e discutir abordagens plurais, capazes de responder à complexidade do mundo contemporâneo, são de extrema importância para o processo de transição.

Nossas instituições são produtos da racionalidade humana, que age sempre dentro de um conjunto de valores e princípios dados. Para mudar nossas instituições, formais ou hipotéticas, tais como um hipotético contrato social, precisamos ter em mente um conjunto bem definido de valores e princípios que permitam sua viabilidade. A complexidade é, então, um desafio, mas também, com a multiplicação de espaços multissetoriais de diálogo e a crescente representatividade dos vários setores da sociedade, uma vantagem para essa construção coletiva de um novo contrato social.

A construção desse hipotético novo contrato percorrerá caminhos mais participativos e, portanto, intrincados, construindo consensos entre atores dispersos e

assimétricos. Apesar da complexidade da construção e de, provavelmente, não contar com a coercitividade (no âmbito do direito positivo) com a qual contou o modelo anterior por mais de dois séculos, esse novo contrato terá missões ainda mais ambiciosas. O processo refletirá a pluralidade dos muitos autores e oferecerá respostas às tantas interrogações a respeito das práticas empresariais, políticas públicas, projetos, formulação de currículos escolares e todas as outras atividades que traduzem nosso novo sistema de pensamento para o cotidiano. Uma discussão sobre o Novo Contrato Social é, portanto e acima de tudo, um convite à reflexão sobre o tipo de sociedade que pretendemos construir.

Jorge Abrahão

é diretor-presidente do Instituto Ethos
de Empresas e Responsabilidade Social




Imagens reforçam a importância da busca por um novo tipo de sociedade, no espaço Humanidade 2012

Imagens da **Rio+20**

RIO

CR



A Rio+20 notabilizou-se pela forte participação da sociedade civil. Para além do documento oficial ***O Futuro que Queremos***, empresas, instituições financeiras, universidades e governos locais assumiram mais de 700 compromissos voluntários. Na cidade, houve poesia, exposições, música, caminhadas e marchas para celebrar e alertar para a importância da Conferência, e em especial, para refletir sobre como promover o desenvolvimento sustentável.



ESCRER, INCLUIR, PROTEGER

Um Novo Contrato Social para o Século XXI

*A New Social Contract
for the 21st Century*



*Jorge Abrahão, Rajendra Pachauri,
Achim Steiner, Carlos Lopes,
Ignacy Sachs e André Corrêa do Lago
discutem o novo contrato para este século*

Realização/Organized by:

INSTITUTO
ETHOS



unitar

United Nations Institute for Training and Research

Patrocínio/Sponsorship:



Colaboração/Collaboration:



PLANETA
sustentável

Apoio/Support:



Entre as muitas reflexões promovidas no espaço Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, aconteceu a discussão “A Transição para Uma Nova Economia”, com o economista Eduardo Giannetti, a ex-senadora Marina Silva, a diretora do Programa para Águas da Ceres, Brooke Barton, e o escritor Tim Jackson, autor de Prosperidade sem Crescimento. A mediação foi de Ricardo Abramovay, autor de Muito Além da Economia Verde





*Participantes da
Cúpula dos Povos realizam
marcha durante a Rio+20*



No Riocentro, que reuniu as delegações oficiais, um lembrete sobre o objetivo da Rio+20: buscar o futuro que queremos



O PLANETA SUSTENTÁVEL
*reúne representantes
de ONGs e empresas no
hotel Copacabana Palace,
para apresentar o
documentário Novas Ideias
para o Futuro da Amazônia*

re we want →



Caco de Paula, diretor do PLANETA SUSTENTÁVEL, o desenhista e empresário Mauricio de Sousa e Juliane Nunes, da Unilever, na Rio+20



Fábio Barbosa, presidente da Abril S.A., participa dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, parte da programação oficial da Rio+20, no Riocentro



Georg Kell, diretor executivo do Pacto Global, iniciativa empresarial internacional, no Fórum de Sustentabilidade Corporativa



O Rio+Social foi um encontro articulado por meio das mídias sociais. Matthew Shirts, do PLANETA SUSTENTÁVEL (à esq.), André Guimarães, da Conservação Internacional, e Fábio Barbosa, da Abril S.A., participaram dessa iniciativa





*Troca intensa
de ideias no debate
para um novo
contrato social*

*A ambientalista canadense
Severn Suzuki tinha
12 anos quando comoveu
o mundo com seu
discurso durante
a Eco-92. Na Rio+20,
manteve a crítica aos
governantes. Abaixo,
o público manda seus
recados em cartazes,
no Riocentro*







O Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, recebeu mais de 210 mil visitantes, entre 11 e 22 de junho, com exposições, debates, música e teatro





*O Planeta no Parque,
organizado pelo
PLANETA SUSTENTÁVEL,
promoveu shows,
oficinas e atividades
físicas no Arpoador*

*Mauricio de Sousa mostra
seu apoio à busca por
um mundo melhor*



Para **saber mais**

Sugestões para
se aprofundar mais
no tema do
desenvolvimento
sustentável



NA INTERNET

Compromissos e demandas para a construção do futuro que queremos - Instituto Ethos

www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/COMPROMISSOS_DEMANDAS.pdf

TEDxRio+20, com reflexões sobre consumo consciente, desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e economia verde

tedxrio20.com

Documento *O Futuro que Queremos*, em seis idiomas

www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html

PLANETA SUSTENTÁVEL, principal portal em Língua Portuguesa sobre sustentabilidade

www.planetasustentavel.com.br

União Global pela Sustentabilidade, uma união de empresas, organizações e indivíduos que se comprometem publicamente a promover ações para o desenvolvimento sustentável

www.globalunionforsustainability.org/pt

Pacto Global, iniciativa da ONU que reúne empresas em todo o mundo comprometidas com áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção

www.unglobalcompact.org



LIVROS

Muito Além da Economia Verde, de Ricardo Abramovay (2012, PLANETA SUSTENTÁVEL)

Corporação 2020 - Como Transformar as Empresas para o Mundo de Amanhã, de Pavan Sukhdev (2013, PLANETA SUSTENTÁVEL)

Prosperidade sem Crescimento, de Tim Jackson, (segundo semestre de 2013, PLANETA SUSTENTÁVEL)

Esta publicação é resultado de uma parceria entre o PLANETA SUSTENTÁVEL e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Os textos, bem como as imagens dos palestrantes, salvos os dos colaboradores, foram transcritos do debate “Um Novo Contrato Social para o Século 21”, promovido pelo Instituto Ethos e pelo Unitar, em 23 de junho de 2012, e posteriormente complementados pelos debatedores convidados.



O PLANETA SUSTENTÁVEL é uma iniciativa multiplataforma de comunicação cuja missão é difundir conhecimento sobre desafios e soluções para as questões ambientais, sociais e econômicas de nosso tempo. Chega a 21 milhões de leitores anuais por meio de:

- Dezenas de títulos de revista da Editora Abril
- Portal PLANETA SUSTENTÁVEL
- Meu Planetinha (site para crianças de 6 a 12 anos)
- O nosso pequeno *Manual de Etiqueta*, com mais de 11 milhões de exemplares
- Cursos, debates e conferências internacionais
- Aplicativos para tablets e smartphones
- Os livros *Muito Além da Economia Verde*, de Ricardo Abramovay, e *Corporação 2020 - Como Transformar as Empresas Para o Mundo de Amanhã*, de Pavan Sukhdev

Tudo isso é feito com a ajuda de uma equipe dedicada, um conselho consultivo e os patrocinadores: Editora Abril, CPFL Energia, Bunge, Petrobras e Caixa

INSTITUTO
ETHOS

Com mais de 1300 empresas associadas no Brasil, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização da sociedade civil com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais sustentável e justa.

Novo Contrato Social

Qual deve ser a agenda mundial para 2015-2020, que responda de forma plena aos grandes desafios ambientais, sociais e econômicos da atualidade? O contrato social vigente atende a essa necessidade? É disso que trata este livro: 250 anos após a publicação de *Do Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau, e um dia após a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 –, alguns observadores privilegiados se reuniram para debater um Novo Contrato Social para o Século 21.

Esta obra reúne reflexões de **Achim Steiner**, diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), **Rajendra Pachauri**, presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), **Carlos Lopes**, então diretor executivo do Instituto para Pesquisa e Treinamento da ONU (Unitar), **Ignacy Sachs**, professor da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris, **André Corrêa do Lago**, diplomata e negociador-chefe da delegação brasileira na Rio+20, e **Jorge Abrahão**, diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

ISBN 978-85-364-1610-6



9 788536 416106